

Partidos e representação na política local: perfil e vínculos político-partidários dos vereadores paulistas

Maria do Socorro Sousa Braga¹

Priscila Leine

Gustavo Sabbag

Universidade Federal de São Carlos (Brasil)

COMO CITAR/ HOW TO CITE

Sousa Braga, Maria do Socorro, Priscila Leine y Gustavo Sabbag. 2017. "Partidos e representação na política local: perfil e vínculos político-partidários dos vereadores paulistas". *Colombia Internacional* (91): 117-150. DOI: <https://dx.doi.org/10.7440/colombiaint91.2017.04>

RECIBIDO: 25 de agosto de 2016

APROVADO: 12 de dezembro de 2016

REVISADO: 30 de março de 2017

DOI: <https://dx.doi.org/10.7440/colombiaint91.2017.04>

RESUMO: O objetivo deste artigo é realizar análise exploratória sobre a organização do poder local, privilegiando a relação entre partidos políticos e vereadores. Para isso, primeiro identificamos características demográficas, socioeconômicas e político-partidárias dos vereadores eleitos em São Paulo. Segundo, verificamos como tem ocorrido a vinculação entre parlamentares e partidos, analisando formas de participação intrapartidária, redes de pertencimento e associativismo. Terceiro, analisamos a percepção dos vereadores paulistas quanto à força local dos partidos. Para isso utilizamos *survey* elaborado pelo projeto *Organização e funcionamento da política representativa no estado de São Paulo*. A principal conclusão é a de que quanto mais o partido contribui para a eleição do parlamentar mais ele tende a ter percepções de vínculos de fidelidade, contribuindo para a sobrevivência do partido no subsistema partidário.

PALAVRAS-CHAVE: partidos políticos • poder local • São Paulo (*Thesaurus*) • vereadores (*autores*)

Este artigo é resultado do projeto temático Organização e funcionamento da política representativa do estado de São Paulo (1994 e 2014), desenvolvido por professores da UFSCar, UNICAMP e USP, coordenado pela professora Rachel Meneguello, com financiamento da Fapesp. Uma versão inicial deste artigo foi apresentada no 39º Encontro Anual da Anpocs GT 27 —Partidos e Sistemas Partidários, realizado em Caxambu, de 26 a 30 de outubro de 2015.

1 Agradecemos aos pareceristas da revista *Colombia Internacional* pelos ricos comentários e sugestões que muito contribuíram para desenvolver ainda mais este artigo. As limitações que ainda permanecerem são de nossa inteira responsabilidade.

Partidos y representaciones en la política local: perfil sociodemográfico y vínculos político-partidarios de los concejales paulistas

RESUMEN: el artículo tiene como fin realizar un análisis exploratorio acerca de la organización del poder local privilegiando la relación entre partidos políticos y concejales. Para ello, primero identificamos características demográficas, socioeconómicas y político-partidarias de los concejales elegidos en São Paulo. Segundo, averiguamos cómo ha ocurrido la vinculación entre parlamentarios y partidos analizando formas de participación intrapartidaria, redes de pertenencia y asociativismo. Tercero, analizamos la percepción de los concejales paulistas en cuanto a la fuerza local de los partidos. Para tal, utilizamos *survey* elaborado por el proyecto *Organización y funcionamiento de la política representativa en el departamento de São Paulo*. La principal conclusión es cuanto más el partido aporta a la elección del parlamentar, más él tiende a tener percepciones de vínculos de fidelidad, lo que contribuye a la supervivencia del partido en el subsistema partidario.

PALABRAS CLAVE: partidos políticos • poder local • São Paulo (*Thesaurus*) • concejales (*autores*)

Parties and representations in local politics: socio-demographic profile and political parties' links of the Paulista councilors

ABSTRACT: This paper is intended to conduct an exploratory analysis on the organization of local power, with a main focus on the relations among political parties and city councilors. To that end, in first place, this paper identifies demographic, social, economic and political characteristics of the city councilors elected in São Paulo. Second, we performed an in-depth review on the relations among councilors and political parties by analyzing forms of intraparty participation, grassroots networks and partnership-making. Third, we analyzed the perception of councilors from São Paulo with regards to the local force of the parties, employing a survey prepared by the project *Organization and functioning of representative politics in the state of São Paulo*. The main conclusion is that the more a given party contributes to the election of councilors the more prone it is to have perceptions concerning relations of loyalty, thus contributing to the survival of the party in the partisan sub-system.

KEYWORDS: political parties • local power • São Paulo (*Thesaurus*) • city councilors (*authors*)

Introdução

O campo de estudos sobre a política local no Brasil vem recebendo acentuada atenção, mas ainda é uma subárea incipiente. O que vem à mente quando pensamos no poder local são as mesmas conclusões que nos relegaram os estudiosos da metade do século XX sobre a Primeira República: políticos individualistas e centralizadores, que controlam a vida política local com base no personalismo e nas relações clientelistas. Em outras palavras, os partidos são, não raramente, relegados a segundo plano. E não é à toa. Em trabalhos recentes, há autores que chegam às mesmas conclusões sobre a carência de força dos partidos no nível local (Ames 2003; Couto 1998), por um lado. Mas, por outro lado, há também outras pesquisas que procuram demonstrar a crescente importância das legendas partidárias em vários aspectos da vida política do país (Braga e Pimentel 2013; Kerbauy 2009; Speck e Braga 2014).

Mas, de fato, qual é a percepção dos vereadores sobre a atuação do partido no nível local? Essa é a principal preocupação deste artigo. Com base na literatura especializada sobre o assunto, partimos da hipótese de que a maioria dos vereadores analisada não apresenta um compromisso relevante de sua candidatura com o partido, o que decorreria de sua percepção de que, ao não receberem amplo apoio para suas candidaturas, também manteriam atuação na vereança mais independente dos dirigentes partidários, resultando numa classe política local mais influenciada pela dinâmica política da Câmara dos Vereadores.

Para testarmos nossa hipótese, primeiro identificamos o perfil socioeconômico, político e partidário de vereadores paulistas eleitos nas eleições municipais de 2012. Segundo, analisamos suas características políticas, suas redes de pertencimento e tipos de vínculos que estabelecem com o partido. Terceiro, avaliamos qual é a percepção desses vereadores sobre a relevância dos partidos políticos na política local, de forma geral, e em sua própria trajetória política, em particular.

Para desenvolvermos essa análise, serão examinadas informações sistematizadas oriundas do *survey* realizado pelo projeto temático *Organização e funcionamento da política representativa no estado de São Paulo*, com coordenação da professora Rachel Meneguello, participação de professores e alunos das Universidades Estadual de Campinas (Unicamp), Estadual de São Paulo (Unesp) e Federal de São Carlos (UFSCar) e financiamento da Fapesp.

Para encaminhar esta análise, o texto foi estruturado da seguinte maneira. Na próxima seção, elaboramos uma breve discussão sobre estudos que trataram, sob diversas perspectivas, do funcionamento dos partidos e da representação na esfera local. Na seção II, apresentamos a amostra dos vereadores analisados, buscando identificar as principais características socioeconômico e demográficas.

Na seção III, apresentamos análise empírica em que buscamos identificar, em primeiro lugar, as formas de participação dos filiados no partido, suas redes de pertencimento e associativismo e valores e atitudes com relação à política representativa e partidária. Na última seção, avaliamos a percepção dos vereadores paulistas acerca da importância dos partidos políticos tanto em relação ao êxito eleitoral alcançado nas urnas quanto em sua atuação na arena governativa.

1. O que já sabemos sobre os partidos e a política no nível local: considerações gerais

Com a Constituição de 1988, o Brasil passou por uma reestruturação institucional que, entre outras mudanças, resgatou o papel dos municípios no cenário político brasileiro. Com essa descentralização, os municípios passaram a assumir políticas que antes ficavam a cargo da União ou dos estados. A partir de então, adquiriram um maior número de obrigações com relação às políticas sociais e de desenvolvimento local (Abrucio e Couto 1996; Kerbaux 2005).

Atualmente o Brasil possui 5.536 municípios com grande diversidade demográfica, cultural e socioeconômica. De modo geral, as pesquisas sobre a arena eleitoral e partidos políticos nos municípios devem levar em conta essas disparidades, o que dificulta muito análises sobre o tema que possam ser generalizadas ou mesmo replicadas.

Nessa linha, Nicolau e Peixoto (2007), ao investigarem a variação da votação entre municípios brasileiros nas eleições presidenciais de 2006, apontaram que fatores culturais, demográficos e socioeconômicos tiveram grande impacto nos resultados desse pleito. Para os autores, fatores da vida municipal, como o grau de desenvolvimento econômico e a região em que o município se situa, foram variáveis de peso para explicar a variação dos votos.

Kerbaux (2009), por sua vez, destaca que poucos estudos sobre o resultado de eleições municipais levaram em consideração uma variável de grande importância: o número de representantes eleitos para as Câmaras Municipais no Brasil. Essa variação é determinada segundo as regras do Tribunal Superior Eleitoral de 2004² e pode gerar impacto nas estratégias adotadas pelos partidos.

No que se refere à atuação dos partidos políticos no poder local, alguns estudos têm traçado panorama bastante negativo. De modo geral, essa literatura aponta para o personalismo político que tende a enfraquecê-los, prevalecendo dessa forma

2 Em 2004 o Tribunal Superior Eleitoral (TSE) passou a adotar como norma o princípio da proporcionalidade de 1 vereador para cada grupo de 47.619 habitantes. Com esta medida, 8.528 vagas foram abolidas (Kerbaux 2009).

frágeis estruturas organizacionais e pouca coesão ideológica (Ames 2003). Sobre a relação Executivo-Legislativo na esfera local, Couto (1998), ao estudar a cidade de São Paulo, sublinha que o nosso desenho institucional presidencialista incentivaria o fisiologismo dos parlamentares, que estariam mais preocupados em atender suas bases eleitorais particulares ao privilegiarem suas ambições políticas.

A despeito da nova conjuntura advinda com a constituinte, que colocou os municípios numa posição diferente no jogo político, em estudo sobre as eleições municipais, Kerbaux (2009) argumenta que, somente no pleito de 2008, partidos, lideranças partidárias, candidatos e o eleitorado foram mobilizados de forma a dar caráter nacional à competição política. A disputa local passou a ter grande importância para o cenário político nacional. Nesse sentido, apesar das variações demográficas e socioeconômicas entre os municípios, as eleições de 2008 demonstraram que os partidos políticos estruturam a competição local e que suas vitórias eleitorais foram transformadas em negociações políticas na disputa presidencial de 2010.

Já Fleischer (2002), discutindo outros temas correlacionados, aponta para a importância das lideranças partidárias no jogo de articulação e coordenação que se dá entre o nível local e nacional da competição. Para isso, destaca a importância das eleições municipais e o seu impacto para a formação do Congresso Nacional e para a competição presidencial. Para o autor, as eleições municipais de 1996 tiveram grande impacto na formação das bancadas dos grandes partidos para as eleições gerais de 1998. O Partido dos Trabalhadores (PT), no pleito de 1996, dobrou o número de prefeituras enquanto o Partido da Social Democracia Brasileira (PSDB) triplicou. Esse sucesso se refletiu nas eleições gerais de 1998, com o aumento da bancada desses partidos na Câmara dos Deputados, o que demonstra significativa mobilização de suas bases locais e a importância desse trabalho para o fortalecimento do partido nas outras esferas de poder. Esse mesmo padrão, segundo o autor, parece ocorrer nos pleitos seguintes. Esse resultado mostra a importância dos partidos políticos para a estruturação da política, confirmando que são estruturas organizacionais territoriais cruciais para fomentar ambiente mais competitivo e fragmentado.

Ao analisar a relação entre organização partidária e arena eleitoral, Braga e Pimentel (2013) buscaram avaliar qual o estado da estrutura organizacional municipal das agremiações partidárias no território brasileiro e a sua influência na competição eleitoral de 2012. Os autores concluem que o sistema partidário brasileiro é composto por partidos com uma estrutura organizacional local muito variada. Por conseguinte, “é notória a diferenciação entre os partidos grandes e os médios e pequenos” (Braga e Pimentel 2013, 33). Os partidos classificados como grandes (Partido dos Trabalhadores [PT], Partido da Social Democracia Brasileira [PSDB] e Partido do Movimento Democrático Brasileiro [PMDB]),

apresentaram maior número de diretórios, quando comparados à formação de comissões provisórias. As comissões provisórias, por sua vez, estão presentes em maior número nos partidos pequenos de direita. As estruturas organizacionais mais complexas presentes no PT, PSDB e PMDB tiveram grande impacto na competição eleitoral de 2012, de forma a propiciar maior controle das bases eleitorais nacionais, fazendo com que isso seja relevante para os partidos lançarem candidatos e para seu sucesso eleitoral. Esse resultado demonstrou que as estruturas organizacionais dos partidos políticos, mesmo em contexto local, importam de forma significativa para o sucesso eleitoral de uma agremiação.

Outro tema importante sobre os partidos políticos no contexto local é acerca do recrutamento político. Codato, Cervi e Perissinotto (2013), em artigo sobre quem são e quais caminhos percorrem aqueles que pleiteiam um cargo político eletivo, analisaram o processo de recrutamento político e o perfil dos candidatos a prefeito que foram vitoriosos nas eleições municipais de 2012. De modo geral, os estudos sobre recrutamento político demonstram que diversas variáveis podem afetar o sucesso de um candidato, tais como capital social, carreira política e questões socio-demográficas. Por conseguinte, os autores analisaram variáveis econômicas, sociais e políticas. Os resultados encontrados demonstraram que ser mulher é um aspecto negativo para o sucesso eleitoral. Além disso, a variável de maior importância foi a política. Em outras palavras, o acúmulo de capital propriamente político é o que qualifica melhor o indivíduo para competição eleitoral (Codato, Cervi e Perissinotto 2013, 79). Fazer parte de uma coligação partidária e ou de um partido político com alto desempenho são os principais fatores do sucesso eleitoral. Apesar desse resultado ser apenas sobre a disputa de 2012, eles demonstram a importância dos partidos políticos enquanto instituições essenciais para a democracia.

Em pesquisa recente sobre a importância dos partidos políticos no âmbito municipal, Speck e Braga (2014) buscaram entender quais fatores explicam a fidelidade partidária e qual o impacto dessa decisão para o sucesso eleitoral. Para tanto, foram analisados candidatos que concorreram a pleitos anteriores e disputaram as eleições para prefeito no estado de São Paulo, no ano de 2012. A fidelidade partidária somada à disciplina dizem respeito ao sucesso ou fracasso de um partido em conseguir coordenar a ação coletiva e, dessa forma, produzir comportamentos coesos (Speck e Braga 2014, 3). Os resultados alcançados pelos autores mostraram que os partidos possuem presença diferenciada nos municípios. Além disso, 72% dos candidatos para o executivo municipal concorreram pelo mesmo partido em eleições anteriores.

Esses trabalhos demonstram a variedade de abordagens e a complexidade dos estudos sobre partidos políticos, relação executivo-legislativo, seleção de candidatos e arena eleitoral no contexto municipal. Se na esfera federal os estudos

atuais recuperam a importância dos partidos políticos, na esfera local ainda prevalecem análises que enxergam uma orientação individualista e paroquial por parte dos vereadores (Caetano 2005).

a. Características contextuais do estado de São Paulo

Diversos são os fatores que nos levam a privilegiar o estudo da política local no estado de São Paulo. Entre esses aspectos, destacamos o fato do estado ser o mais populoso e mais rico do país. De acordo com o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), São Paulo possuía, em 2012, uma população estimada de 44.749.699 habitantes, distribuída em 645 cidades. Esse número representava cerca de 21,7% de toda a população do Brasil, o qual possui 206.081.432 habitantes. O estado também apresenta um alto grau de urbanização: em 2012, a população urbana foi estimada em 96,32% da população total do estado. Em termos do eleitorado, segundo dados do Tribunal Superior Eleitoral (TSE), a respeito das eleições municipais de 2012, o Brasil apresentava 144.088.912 pessoas habilitadas para o voto. O estado de São Paulo possuía 32.684.931 eleitores, o que representa 22,31% do eleitorado nacional. Do total de eleitores registrados no estado, 17.168.590 são do sexo feminino (52,53%) e 8.886.324 votam na capital paulista. Economicamente, São Paulo é o principal centro financeiro do país, apresentando o maior e mais completo parque industrial da América do Sul. A participação no Produto Interno Bruto (PIB) nacional chegou a 33% nos últimos anos. A composição do PIB estadual apresenta a seguinte distribuição: Agropecuário: 6,5%; Indústria: 46,3%; Serviços: 47,2%.

Politicamente, é o estado onde se originaram os partidos mais importantes do atual sistema partidário nacional, tendo, portanto, grande influência sobre a cena política do país. Entre esses partidos, estão o PT e o PSDB, cujos grupos políticos e lideranças paulistas se constituíram nas maiores forças políticas impulsionadoras da estrutura organizacional partidária nacional. Em termos da disputa político-eleitoral nacional —sobretudo para a presidência da República—, tem-se dado, desde 1994, uma polarização entre PT e PSDB. Ambos foram os partidos, até o pleito de 2014, que conseguiram se estruturar nacionalmente para lançar candidatos altamente competitivos e alcançar as primeiras posições em todos os ciclos eleitorais para o Executivo Federal (Braga 2006; Limongi e Cortez 2010; Meneguello, Amaral e Bizzarro Neto 2014).

Também vem sendo em São Paulo que o PSDB conquistou e manteve os melhores desempenhos eleitorais, controlando a política estadual por mais de vinte anos. Elegeu o governador do estado por seis mandatos consecutivos (1994-2014), conformando fortes bancadas parlamentares para a Assembleia, Câmara dos Deputados e Senado, além de eleger número expressivo de vereadores e prefeitos por todo o estado.

Já o PT governou por dois mandatos a capital paulista e várias outras cidades grandes do estado, obtendo um crescente número de prefeitos também no interior até as eleições de 2012. Nas últimas eleições municipais do período analisado, esse quadro começou a ser modificado com a forte derrota dos petistas em função da crise política nacional que levou ao *impeachment* da presidente Dilma Rousseff. Já o PSDB ampliou ainda mais sua vantagem político-eleitoral sobre os demais partidos que conformam o subsistema paulista, derrotando o PT em tradicionais redutos e tornando-se, assim, a força política mais relevante do estado.

2. Quem são e de onde vêm os vereadores analisados: características demográficas e socioeconômicas

O objetivo desta seção é descrever a amostra de vereadores que será analisada. O *survey* possui uma amostra que se compõe de 400 vereadores entrevistados em 213 cidades aleatorizadas nas 15 mesorregiões do estado de São Paulo. Quanto às mesorregiões, são as seguintes: Araraquara, Araçatuba, Campinas, Litoral Sul Paulista, Marília, Metropolitana de São Paulo, Piracicaba, Ribeirão Preto, Vale do Paraíba Paulista (ver apêndice A para mais detalhes).

Tabela 1. Faixa etária e sexo dos vereadores

Faixa Etária	Mulheres	Homens	Total
19-35	3	59	62
36-44	13	90	103
45-56	16	143	159
57-72	9	67	76
Total	41	359	400

Fonte: Dados oriundos do *Survey Vereadores Paulistas 2015*, realizado no âmbito do projeto temático *Organização e funcionamento da política representativa no estado de São Paulo (1994-2014)*, organizados pelos autores.

Tabela 2. Divisão étnica dos vereadores

Etnia	Nº	%
Branco	241	60,3
Preto	22	5,5
Pardo/ Moreno	122	30,5
Amarelo	10	2,5

Etnia	Nº	%
Indígena	4	1
Não sei	1	0,3
Total	400	100

Fonte: Dados oriundos do *Survey Vereadores Paulistas 2015*, realizado no âmbito do projeto temático *Organização e funcionamento da política representativa no estado de São Paulo (1994-2014)*, organizados pelos autores.

De acordo com as informações das tabelas 1 e 2 acima, como características sociodemográficas, verificamos que a maior parte dos vereadores da amostra são homens (60,3%), brancos (60,3%) na faixa-etária entre 45-56 anos (39,8%). Nota-se que essas características são diferentes quando comparadas com as dos deputados federais eleitos no pleito de 2014. Na ocasião, apesar de os deputados eleitos serem, em sua maioria, também do sexo masculino, esse gênero corresponde a 89% dos eleitos no período.³ Em outras palavras, a participação feminina nas câmaras municipais é mais alta quando comparada com os deputados eleitos em 2014 no nível nacional. Talvez essa diferença seja consequência da primeira Lei de cotas femininas (Lei nº 9.100), do ano de 1995, que determinou um mínimo de 20% de participação de mulheres e foi aplicada, primeiramente, às eleições municipais. Somente em 1997, com a Lei 9.804, as cotas foram estendidas para outros cargos adquiridos por voto proporcional (Grossi e Miguel 2001). Além disso, os deputados federais eleitos em 2014 são mais velhos, 28,84% deles possuem entre 45-54 anos, seguido bem de perto pelos que possuem 55-64 anos (28,65%).

Tabela 3. Área de ocupação dos vereadores

Ocupação	Nº	%
Trabalho no campo	11	2,8
Indústria e comércio	73	18,3
Profissional Liberal	36	9,0
Educação (professores e estudantes)	24	6,0
Servidores Públicos	69	17,3

3 Dados coletados no TSE em 2 de fevereiro de 2016.

Ocupação	Nº	%
Militares	3	0,8
Outro	184	46,0
Total	400	100

Fonte: Dados oriundos do *Survey Vereadores Paulistas 2015*, realizado no âmbito do projeto temático *Organização e funcionamento da política representativa no estado de São Paulo (1994-2014)*, organizados pelos autores.

Tabela 4. Grau de Instrução dos vereadores

	Nº	%
Primário incompleto (até 3ª série do ensino fundamental)	2	0,5
Primário completo (4ª série do ensino fundamental)	16	4,0
Ginásio incompleto (até 7ª série do ensino fundamental)	19	4,8
Ginásio completo (8ª série do ensino fundamental)	31	7,8
Colegial incompleto (até 2ª série do ensino médio)	20	5,0
Colegial completo (3ª série do ensino médio)	109	27,3
Ensino universitário incompleto ou especialização	53	13,3
Ensino universitário completo	112	28,0
Pós-graduação	38	9,5
Total	400	100

Fonte: Dados oriundos do *Survey Vereadores Paulistas 2015*, realizado no âmbito do projeto temático *Organização e funcionamento da política representativa no estado de São Paulo (1994-2014)*, organizados pelos autores.

Já a tabela 3 mostra a origem ocupacional dos vereadores analisados. Quanto à área de ocupação, parte considerável dos vereadores é oriunda da indústria e comércio (18,3%), seguidos de perto por servidores públicos (17,3%). Esse último segmento nos revela uma relação importante da origem de parte dos vereadores. Como em outros períodos da história brasileira, ocupar um cargo na máquina do Estado tem incentivado a entrada na carreira política. Importante chamar atenção também que entre as profissões de militar e trabalhadores do campo são as ocupações com menor número de vereadores. Esse quadro é bem

diferente do perfil profissional dos deputados federais⁴, em que do qual apenas 2% são servidores públicos. Curiosamente, grande parte dos deputados federais eleita em 2014 declarou que a sua profissão é ser deputado (47,37%), seguido de advogado (8,58%) e empresário (8,18%).

Com relação à instrução, a tabela 4 revela que as categorias mais expressivas dos vereadores são o ensino superior completo (28%), seguido de perto por aqueles que possuem o colegial completo (27,8%). Em seguida, estão aqueles que possuem ensino universitário incompleto ou especialização (13,3%). Tais dados revelam que os vereadores de São Paulo apresentam maior grau de instrução quando comparados aos de outras regiões. Ao analisar o perfil de vereadores dos 27 estados brasileiros, Kerbaui (2005) destaca que a maioria deles limita-se ao 2^a grau completo e que Sudeste e Sul concentram o maior número de vereadores com superior completo e incompleto.

Quanto à religião, na tabela 5 podemos observar que mais de 2/3 da amostra é católica (71,5%), seguido pelos evangélicos, que, juntos (pentecostais e não pentecostais) somam 19,5%.

Tabela 5. Religião

	Nº	%
Adventista	2	0,5
Evangélico não pentecostal	20	5,0
Evangélico pentecostal	59	14,8
Umbanda	1	0,3
Espírita Kardecista	14	3,5
Seicho-no-iê, messiânica, perfeita liberdade	1	0,3
Católica	286	71,5
Outra	17	4,3
Total	400	100

Fonte: Dados oriundos do Survey Vereadores Paulistas 2015, realizado no âmbito do projeto temático *Organização e funcionamento da política representativa no estado de São Paulo (1994-2014)*, organizados pelos autores.

4 O quadro profissional de deputados federais é bem detalhado. Para mais informações, ver o site do Tribunal Superior Eleitoral (TSE) http://www.tse.jus.br/hotSites/estatistica_2014/resultados/cargo-profissao.html.

3. Características políticas, redes de pertencimento e tipos de vínculo dos vereadores com os partidos

Uma das maneiras de observarmos a vitalidade de um partido político no contexto democrático é a análise da sua capacidade de atrair e manter um número razoável de quadros políticos com base eleitoral potencial que possa a cada pleito representar a face pública dessa organização nas arenas decisória e eleitoral. Para isso é fundamental que o partido desenvolva atividades e ofereça as condições necessárias visando criar vínculos de lealdade com seus membros, por um lado, e com o eleitorado, por outro lado.

Aqui vamos examinar especificamente que tipos de laços partidários estão sendo desenvolvidos entre o partido e seus vereadores. Para isso, primeiro vamos apresentar as principais características políticas da nossa amostra. Por conseguinte, vamos analisar a variável filiação partidária, observando o tempo de permanência no partido pelo qual se elegeu na última eleição aqui analisada. E, no caso daqueles vereadores infieis, também serão investigados em quais e quantos partidos passaram anteriormente. Um segundo indicador analisado com esse objetivo será a verificação das formas de participação nos órgãos partidários.

Antes de verificarmos quais são os vínculos entre os partidos e seus quadros no nível municipal, vamos descrever nossa amostra de vereadores de acordo com os partidos que se elegeram em 2012. Podemos observar na tabela 6 que há uma distribuição relativamente bem dividida entre os partidos mais antigos do subsistema partidário de São Paulo: PSDB, com 14%; PT, com 11,5%; Partido Trabalhista Brasileiro (PTB), com 10% e PMDB, com 9,3% da amostra. Logo após vêm os partidos médios: Democratas (DEM), com 8,5%, Partido da República (PR), 8,3%, e Partido Progressista (PP), 7,5%, seguidos do Partido Popular Socialista (PPS), com 7,8%, e Partido Socialista Brasileiro (PSB) com 7,0%. Entre os partidos mais recentes, a amostra tem menos de 6% de integrantes do Solidariedade (SD), Partido Trabalhista Cristão (PTN) e Partido Social Democrático (PSD).

Tabela 6. Percentagem de vereadores por partidos políticos

	Nº	%
PMDB	37	9,3
PTB	40	10,0
PDT	29	7,3
PT	46	11,5
DEM	34	8,5
PSB	28	7,0

	Nº	%
PSDB	56	14,0
PTC	1	0,3
PSD	1	0,3
PPS	31	7,8
PROS	11	2,8
SDD	23	5,8
PP	30	7,5
PR	33	8,3
Total	400	100

Fonte: Dados oriundos do Survey Vereadores Paulistas 2015, realizado no âmbito do projeto temático *Organização e funcionamento da política representativa no estado de São Paulo (1994-2014)*, organizados pelos autores.

Vista a distribuição dos vereadores analisados pelos respectivos partidos, examinaremos qual é o vínculo entre esses dois atores políticos. Para isso, primeiro examinamos o tempo de filiação. Conforme informações da tabela 7, quase 76% desses vereadores é filiado há no máximo 8 anos. Desses, 35,3% se filiou entre os anos de 2011-2014, grupo mais recente na agremiação, seguido de 25% que se filiou no período de 2006- 2010. Trata-se, portanto, do membro com menos tempo no partido que decide concorrer a uma vaga de vereador nessas Câmaras analisadas. Contudo, 27% da amostra analisada está há mais de 10 anos filiada há algum partido, indicando que nessas legendas há um número razoável de membros com maior lealdade partidária, mesmo no nível municipal.

Tabela 7. Período de filiação dos vereadores aos partidos

Ano	Nº	%
1981-1985	11	2,8
1986-1990	15	3,8
1991-1995	24	6,0
1996-2000	47	11,8
2001-2005	62	15,5
2006-2010	100	25,0
2011-2014	141	35,3
Total	400	100

Fonte: Dados oriundos do Survey Vereadores Paulistas 2015, realizado no âmbito do projeto temático *Organização e funcionamento da política representativa no estado de São Paulo (1994-2014)*, organizados pelos autores.

Entre esses partidos, a tabela 8 demonstra que o PSDB é o que apresenta maior contingente de vereadores com maior tempo de filiação: 23,2% de seus vereadores se filiaram entre 1996 e 2000, enquanto que quase 27% entre 2006 e 2010. Ao se consolidar como o maior partido do estado, governando-o por vinte anos concomitantemente a diversas cidades paulistanas e possuindo fortes bancadas para as casas legislativas, o PSDB vem garantindo importantes incentivos à permanência de seus quadros políticos.

No PT, a parcela majoritária de seus vereadores paulistas se filiou entre 2001 e 2005 (23,9%), período no qual o partido também chegou ao governo federal, resultando em maior incentivo para entrada de novos quadros. No entanto, devido às características organizacionais de um partido vindo da esquerda, marcada pelo maior incentivo à participação e envolvimento do filiado à vida partidária, esperaríamos que houvesse maior número de vereadores com maior tempo de vinculação.⁵ Seguramente, variáveis locais relacionadas à dinâmica de negociação e competição entre os partidos e, internamente, na resolução dos conflitos resultantes das conjunturas adversas no nível estadual entre os diversos grupos e tendências que fazem parte do PT, devem estar afetando tanto as condições de continuidade dos seus quadros quanto a entrada de novos na legenda. O PTB apresentou mais de 40% de seus vereadores no período entre 2006 a 2010, enquanto o PDT, no mesmo período, concentrou 34,5% de seus quadros filiados. Embora sejam partidos criados desde o início da reorganização do multipartidarismo em nível nacional, no subsistema partidário paulista, essas legendas se mantiveram com baixa expressão eleitoral.

Já o PMDB, apesar de ser um dos partidos mais antigos do sistema partidário, diferencia-se desse padrão ao apresentar uma característica menos orgânica: a maior parte dos seus membros apresenta filiação recente, de menos de 4 anos (27%), seguida por aqueles de filiação no período de 2006 a 2010, com 24,3%. Parte da explicação para o pouco tempo de filiação dos quadros do PMDB está relacionada com a mudança de liderança estadual e também com a perda cada vez maior do apoio eleitoral no estado.⁶ Com o falecimento do ex-presidente do PMDB de São Paulo Orestes Quércia em 2010, houve alteração significativa no controle da direção estadual e dos municípios, o que vem resultando na entrada de novos quadros para as diferentes competições eleitorais.

5 Ver Braga, Rodrigues-Silveira e Borges (2012) sobre a relação entre estrutura organizacional territorial e a orientação ideológica dos partidos no Brasil.

6 Ver sobre o desempenho recente do PMDB no estado de São Paulo Meneguello e Bizzarro Netto (2012).

Tabela 8. Período e tempo de filiação dos vereadores (%)

Atual partido	Ano de filiação							Total
	1981-1985	1986-1990	1991-1995	1996-2000	2001-2005	2006-2010	2011-2015	
PMDB	10,8	2,7	2,7	16,2	16,2	24,3	27,0	37
PTB	0,0	0,0	7,5	5,0	15,0	40,0	32,5	40
PDT	0,0	0,0	3,4	10,3	13,8	34,5	37,9	29
PT	6,5	8,7	10,9	15,2	23,9	13,0	21,7	46
DEM	2,9	2,9	2,9	11,8	14,7	41,2	23,5	34
PSB	0,0	7,1	0,0	7,1	21,4	25,0	39,3	28
PSDB	3,6	8,9	12,5	23,2	14,3	26,8	10,7	56
PTC	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	100	1
PSD	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	100	0,0	1
PPS	0,0	0,0	9,7	6,5	19,4	22,6	41,9	31
PROS	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	100	11
SDD	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	4,3	95,7	23
PP	3,3	3,3	3,3	10,0	13,3	33,3	33,3	30
PR	0,0	3,0	6,1	15,2	18,2	12,1	45,5	33
Total	2,8	3,8	6,0	11,8	15,5	25,0	35,0	400

Fonte: Dados oriundos do *Survey Vereadores Paulistas 2015*, realizado no âmbito do projeto temático *Organização e funcionamento da política representativa no estado de São Paulo (1994-2014)*, organizados pelos autores.

No que se refere aos demais partidos analisados, todos apresentam a maioria dos seus vereadores filiados nos últimos cinco anos. No caso dos novos partidos, como o Partido Republicano da Ordem Nacional (PROS), SD e PSD, isso já era esperado devido ao seu pouco tempo de criação.⁷ Mas o PP, reformulado tantas vezes após ser Aliança Renovadora Nacional (ARENA) até 1979, e o PR, organizado desde os anos 90 ainda como Partido Liberal (PL), expressam forte período de declínio no estado. Somente mais recentemente essas agremiações vêm alcançando relativo crescimento de seus parlamentares no nível local.

⁷ O PSD foi criado pelo ex-prefeito de São Paulo, Gilberto Kassab, em 2011. O PROS, em 2013, por Eurípedes Júnior, mesmo ano de criação do SD, pelo deputado federal Paulinho da Força.

Ainda nos cabe verificar, na questão dos vínculos entre partidos e representantes locais, se há quadros com experiência anterior em outras legendas e quais foram elas. De acordo com a tabela 9, mais da metade (63%) da amostra analisada já foi membro de alguma outra agremiação partidária antes da atual. A infidelidade ou migração partidária, fenômeno muito comum e criticado na política brasileira e que reforça o estereótipo de fragilidade das instituições partidárias do país, também é forte no nível local. Os dados também nos levam a inferir que a infidelidade dos vereadores analisados tem diversas motivações e varia conforme o partido examinado. Tanto os partidos mais novos quanto os mais antigos apresentam a maior parte de seus quadros com passagens em outras legendas. A grande exceção entre os antigos é o PT, pois mais de 67% dos vereadores não foram filiados a outros. Achado que reforça a tendência dos partidos de esquerda de manterem maior envolvimento de seus membros na vida política da organização partidária.

Tabela 9. Percentagem de vereadores filiados a legendas anteriores, por partido

Partido atual	Sim	Não	Total
PMDB	59,5	40,5	37
PTB	65,0	35,0	40
PDT	79,3	20,7	29
PT	32,6	67,4	46
DEM	58,8	41,2	34
PSB	67,9	32,1	28
PSDB	60,7	39,3	56
PTC	100	0,0	1
PSD	100	0,0	1
PPS	61,3	38,7	31
PROS	90,9	9,1	11
SDD	100	0,0	23
PP	60,0	40,0	30
PR	63,6	36,4	33
Total	63,0	37,0	400

Fonte: Dados oriundos do *Survey Vereadores Paulistas 2015*, realizado no âmbito do projeto temático *Organização e funcionamento da política representativa no estado de São Paulo (1994-2014)*, organizados pelos autores.

Num contexto em que vem predominando a pluralidade de experiências anteriores por outros partidos, consideramos importante chamar atenção para o fato de haver 37% dos vereadores que se mantêm em suas legendas de origem, o que nos leva a perguntar quais seriam elas e quais os incentivos e razões para eles permanecerem fiéis. Mas, para responder essas últimas questões, somente com pesquisas qualitativas posteriores. Aqui, vamos somente identificar aqueles partidos que têm mantido maior parcela de quadros. Nesse caso, são os antigos que vêm conseguindo manter uma parcela de seus vereadores fiéis: DEM (41%), PMDB (40,5%), PP (40%), PSDB (39%), acompanhados de alguns mais recentes, como o PPS (38,9) e PR (36%).

Finalmente, na tabela 10 mostramos quais foram os partidos de origem da maior parte dos vereadores analisados. Como podemos ver, o PMDB (48), seguido logo atrás do DEM (38) e do PSDB (35), foram os partidos de onde mais saíram vereadores para outros partidos. Além de serem partidos recriados, ou resultado de cisões ocorridas ainda nos anos 80, os dois primeiros foram afetados, no estado de São Paulo, por importantes processos de desgaste e desestruturação nos últimos anos, ocasionando a saída de vários quadros ao menos na esfera estadual. Mas, conforme os dados da tabela, observamos que houve processo de enxugamento desses partidos também no nível local. Já no PSDB essas migrações devem estar relacionadas com conflitos intrapartidários em decorrência da luta interna por mais espaço de poder nos processos decisórios. Percebe-se que do PMDB a maior parte foi para o PSDB, SD, DEM e PP. Já do DEM a maioria foi para o PSDB, PMDB e SD, enquanto do PSDB grande parte foi para o DEM, PPS e PTB. No caso do PT, seus 16 quadros foram distribuídos entre PTB, PDT, SD, PROS e PMDB, entre outros menores. Cabe destacar que nenhum ex-petista ingressou no DEM, PP e PSDB.

Tabela 10. Partidos de origem dos vereadores migrantes

Partido Atual	Partido do qual Migrou					
	PMDB	PTB	PT	PSDB	DEM	PP
PTB	4	---	2	4	4	3
PDT	3	2	2	3	2	3
DEM	7	3	---	5	---	1
PSB	4	3	1	2	2	2
PSDB	8	---	---	---	---	1
PPS	2	1	1	4	4	1
PROS	2	---	2	3	1	1

Partido Atual	Partido do qual Migrou					
	PMDB	PTB	PT	PSDB	DEM	PP
SDD	8	3	3	2	5	3
PP	6	6	---	3	3	---
PR	4	2	1	3	4	1
PMDB	---	2	2	---	5	3
PSDB	---	6	1	---	7	---
PT	---	1	----	2	1	2
PSD	---	---	1	---	---	---
TOTAL	48	29	16	35	38	21

Fonte: Dados oriundos do *Survey Vereadores Paulistas 2015*, realizado no âmbito do projeto temático *Organização e funcionamento da política representativa no estado de São Paulo (1994-2014)*, organizados pelos autores.

Os dados da tabela 11 nos revelam um panorama das redes sociais e os diversos ambientes de pertencimento dos vereadores, antes e durante o exercício do poder municipal. Dessa maneira, buscamos identificar quais outros vínculos o vereador mantém no nível local, o que por sua vez resulta em suas potenciais bases de apoio eleitoral. Verificamos, em primeiro lugar, que 14% estão vinculados profissionalmente ao setor público municipal (prefeitura ou órgão na administração municipal), reforçando a importância do setor público na carreira política do vereador já indicada na seção anterior. Entre as organizações sociais, há uma parcela importante dos vereadores (9%) que está relacionada com as associações religiosas, outros quase 8% mantêm vínculos com as entidades estudantis. Ainda 6% ocuparam cargos em associações de moradores das regiões analisadas. Outras associações que concentram número razoável de vereadores com passagem na estrutura organizacional são as recreativas, profissionais e sindicais.

É interessante notar o baixo número de vereadores vinculados ao setor sindical. Isso talvez se explique pelo fato de que, ainda que se incluam cidades em que o operariado é forte e organizado, a maioria dos municípios da amostra diz respeito a lugares com baixo número de operários, consequentemente pouco organizados. Embora outras evidências sejam necessárias para comprovarmos nossa suposição quanto às bases eleitorais potenciais dos vereadores examinados, essas vinculações religiosas, com os moradores das associações, estudantis, esportivas e sindicais, nos dão pistas importantes nesse sentido.

Tabela 11. Percentagem de cargos ocupados em órgãos partidários e organizações sociais

	Nº	%	% acumulado
Diretoria Nacional do Partido	18	1,9	1,9
Diretoria Estadual	24	2,5	4,4
Diretoria Municipal	216	22,5	26,8
Diretoria Regional	28	2,9	29,8
Setor público na prefeitura ou órgão na administração municipal	135	14,0	43,8
Setor público ou órgão na administração pública, estadual ou federal	26	2,7	46,5
Cargo não eletivo no legislativo (municipal, estadual ou federal)	42	4,4	50,9
ONGs	37	3,9	54,7
Associação de bairros	58	6,0	60,8
Sindicatos	46	4,8	65,6
Recreativa	49	5,1	70,7
Organização Estudantil	74	7,7	78,4
Associação Profissional	48	5,0	83,4
Associação Religiosa	89	9,3	92,6
Ativista ambiental	17	1,8	94,4
Ativista dos direitos humanos	12	1,2	95,6
Outras organizações	42	4,4	100
Total	961*	100	

Questão feita aos vereadores: O (A) Sr. (a.) já ocupou cargo em algumas dessas instâncias políticas ou organizações?

*Nota: o total representa mais de 400 casos porque um vereador apresenta mais de um cargo ou vínculos com as organizações elencadas.

Fonte: Dados oriundos do *Survey Vereadores Paulistas 2015*, realizado no âmbito do projeto temático *Organização e funcionamento da política representativa no estado de São Paulo (1994-2014)*, organizados pelos autores.

Concluimos esta seção buscando averiguar como o vereador vê a contribuição do cargo para o próprio partido. As informações da tabela 12 mostram que a maioria (53%) considera que sua função é de atrair filiados, ressaltando a importância do cargo para a manutenção da organização partidária enquanto agente que no nível local será o intermediário entre a população e o partido, atraindo futuros membros e dinamizando a vida partidária. Também, o parlamentar atua como cabo eleitoral, ampliando o potencial de votação e atraindo candidatos para outras esferas de poder, o que aumenta as chances de representação do partido. Contudo, ressalta-se o fato de não ser mencionada nenhuma possibilidade de contribuições do cargo para a defesa de projetos de lei relacionados a questões programáticas defendidas pelos órgãos partidários. Em trabalho posterior, pretendemos analisar mais profundamente essa questão ao focarmos na atuação do vereador na arena governativa.

Tabela 12. Cargo de vereador e contribuição para o partido*

	Nº	%	% acumulado
Atraindo filiados	213	53,3	53,3
Atraindo recursos materiais	64	16,0	69,3
Atraindo recursos pessoais	46	11,5	80,8
Outras	52	13,0	93,8
Meu cargo não contribui para o partido	25	6,3	100
Total	400	100	

*Questão: Como o (a) Sr. (a.) acha que seu cargo de vereador contribui para seu partido?

Fonte: Dados oriundos do *Survey Vereadores Paulistas 2015*, realizado no âmbito do projeto temático *Organização e funcionamento da política representativa no estado de São Paulo (1994-2014)*, organizados pelos autores.

4. A percepção dos vereadores paulistas sobre a atuação do partido na política local

Como discutido anteriormente, a avaliação do tipo de atuação do partido na política local não é unanimidade dentre os acadêmicos. Há pesquisas que demonstram sua importância e outras que procuram ressaltar o papel autônomo de seus quadros locais, redundando em partidos frágeis programática e organizacionalmente. Poucos estudos, no entanto, levam em consideração a percepção dos próprios vereadores quanto ao papel dos partidos. Nosso objetivo nesta

seção é responder à seguinte pergunta: os partidos políticos têm relevância no que se refere ao mandato do legislador local, de acordo com a perspectiva dos vereadores paulistas?

Para responder a essa questão, analisamos a percepção dos parlamentares locais em relação a 2 áreas de influência da organização partidária: na disputa eleitoral e na atuação na arena governativa. Ambas dizem respeito à capacidade dos partidos de canalizar interesses, selecionar candidatos para os cargos políticos e implementar políticas públicas, podendo demonstrar como os vereadores veem a influência do partido em nível local.

Quanto ao apoio do partido ao candidato ao longo da disputa eleitoral, dos 400 vereadores entrevistados, quase 42% relataram não terem recebido nenhum tipo de apoio partidário. Dos que relataram algum apoio, a principal forma de ajuda veio por meio de material gráfico (50,5%), seguido por tempo de propaganda em rádio e TV (17,3%) e pessoas para ajudar na campanha (11,5%). No entanto, ao serem perguntados qual apoio foi o mais importante para sua vitória na última eleição, 26,5% identificou o apoio do partido como um dos mais importantes, ficando bem atrás da principal fonte descrita, o apoio da família (84,3%) e praticamente empatado com apoio de líderes ou grupos religiosos (26,3%).⁸ Tendo em vista que apoio familiar pode significar o tipo mais básico de incentivo como os motivacionais e emocionais, o fato de o partido constar como o segundo mais lembrado chama a atenção. Também se destaca o papel crescente que líderes religiosos e igrejas vêm desempenhando na carreira dos políticos brasileiros em nível local.

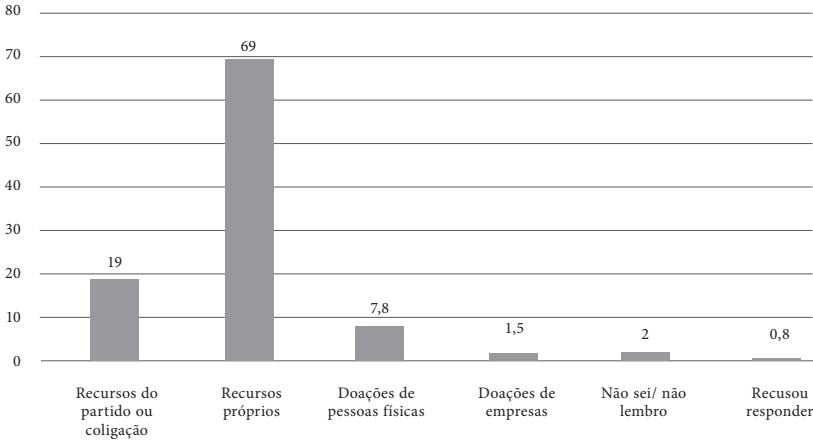
É importante sublinhar que o apoio de deputados da região foi ressaltado por 15,3% dos vereadores como um dos mais importantes e, desses, 44,2% disseram que as relações partidárias foram o principal motivo da conquista desse apoio, ao lado de 45,7% que destacaram o apoio pessoal do vereador ao candidato em eleições anteriores. Ou seja, o apoio de parlamentares de níveis regionais superiores é fruto tanto de relações partidárias quanto do apoio pessoal do vereador em eleições anteriores àquele candidato, em proporções similares. O que mostra novamente que não se pode descartar a influência dos partidos.

Uma das principais fontes de influência partidária nas candidaturas é a capacidade de deslocar recursos para as campanhas eleitorais. Esse tipo de iniciativa proporciona que o partido selecione os candidatos para os cargos e mantenha um elo de lealdade com esse futuro representante, dada a dependência desses

8 A pergunta aos entrevistados foi: "Em sua opinião, quais dos seguintes apoios foram os mais importantes para a sua vitória na última eleição?"

recursos para a eleição. As principais fontes de financiamento dos candidatos a vereador paulistas, conforme o *survey*, são as seguintes:

Gráfico 1. Principais fontes de financiamento dos vereadores paulistas



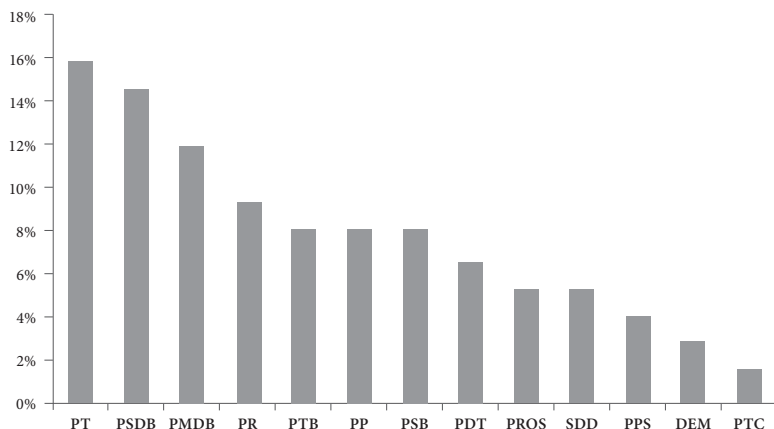
*Questão: Na sua última campanha eleitoral, qual foi a principal fonte de financiamento?

Fonte: Dados oriundos do *Survey Vereadores Paulistas 2015*, realizado no âmbito do projeto temático *Organização e funcionamento da política representativa no estado de São Paulo (1994-2014)*, organizados pelos autores.

Quase 70% dos vereadores paulistas têm como fonte principal de financiamento seus próprios recursos, o que reforça o grau de autonomia em relação ao partido pelo qual se elegeu. Em contrapartida, 19% dos parlamentares investigados receberam mais recursos dos partidos, entre todas as outras fontes de apoio financeiro. Como podemos ver por essas informações, partidos investem em um número de quadros limitado, mas que possa reduzir as incertezas quanto a sua capacidade de competição e êxito também no nível local. Conforme o gráfico 2, verificamos que, dos 29 partidos políticos que participaram das eleições municipais de 2012, menos da metade contribuíram financeiramente para algum candidato que foi eleito. Entre esses, os maiores partidos nacionais (PT, PSDB e PMDB) apresentam os maiores montantes de candidatos eleitos financiados, mas mesmo partidos médios (PR, PP, PSB, PDT) e pequenos (PTC) também contribuem com alguns de seus filiados. Esses devem ser os parlamentares mais leais ao partido pelo qual se elegeram. Todavia, como a maioria depende de seus próprios recursos para se eleger, há incentivos para que tenham maior independência desses mesmos partidos. Uma das consequências desse desequilíbrio intrapartidário é a de que, quanto maior o número de candidatos eleitos com seus próprios

recursos, menor deve ser o controle do partido deve ter controle tanto sobre a seleção dos candidatos que irão lhe representar nas competições eleitorais quanto sobre a atuação daqueles filiados eleitos para as Casas Legislativas.

Gráfico 2. Percentagem dos candidatos eleitos financiados por par



*Questão: Na sua última campanha eleitoral, qual foi a principal fonte de financiamento?

Fonte: Dados oriundos do *Survey Vereadores Paulistas 2015*, realizado no âmbito do projeto temático *Organização e funcionamento da política representativa no estado de São Paulo (1994-2014)*, organizados pelos autores.

Já na arena governativa, observamos um cenário que aponta para as atividades primordiais de um representante dos interesses mais gerais da sociedade. Quando perguntados sobre a qual função o vereador dá mais importância, “fiscalizar a atuação do prefeito (41%)” e “resolver os problemas do município (36,5%)” são as mais citadas. Em contrapartida, apenas 2,3% responderam que defendem os interesses do partido.⁹ Em relação aos interesses que acredita representar, 94,3% responderam que o de toda a população do município. Surpreendentemente, nenhum dos entrevistados apontou para os interesses dos eleitores do partido.¹⁰

9 A pergunta no survey foi a seguinte: “Na sua atuação como parlamentar, para qual das seguintes funções abaixo o (a) Sr. (a.) dá mais importância em 1º lugar?”

10 A pergunta no survey foi a seguinte: “Nesta legislatura, o (a) Sr. (a.) acredita representar PRIORITARIAMENTE os INTERESSES: Dos eleitores de seu partido; dos eleitores de seu bairro, distrito ou região; de um determinado segmento social, religioso, econômico de seu município; de toda população de seu município; outro”.

Por último verificamos o grau de influência do partido no mandato parlamentar. Ao serem perguntados sobre o fator mais importante para orientação de seus votos na Câmara, enquanto apenas 7,2% disseram ser a *posição da liderança partidária* no parlamento local e 4,8% indicaram a *liderança partidária municipal/regional*, 58,3% disseram ser sua *convicção pessoal* o que mais pesa em seu voto. O mesmo observamos quando a pergunta foi sobre o orçamento municipal. Enquanto 7,2% responderam ser a *liderança partidária*, 4,5% apontaram a *liderança partidária municipal e regional*, mas 55,3% alegaram ser sua *convicção pessoal*. Como podemos verificar, os vereadores paulistas analisados possuem uma percepção do mandato como autônomo e personalista, não devendo obrigações ao partido na hora de tomar decisões. Esses dados demonstram que eles percebem suas decisões muito mais subordinadas às suas convicções pessoais do que aos ditames partidários.

Enfim, a percepção dos vereadores paulistas quanto ao apoio partidário na disputa eleitoral e ao seu mandato apresenta um cenário convergente nas duas arenas políticas. Se no plano eleitoral a principal fonte de apoio são os recursos próprios, na arena governativa a autonomia e as convicções pessoais predominam. Daí concluímos que quanto mais baixo o apoio partidário para o candidato se eleger, menos razões ele concebe possuir para manter laços de lealdade e dependência aos dirigentes e programas partidários sob os quais se elegeu, ao menos formalmente. Também vimos que, por menor que seja, há no partido um grupo de filiados eleitos que é sustentado pelos recursos partidários, o que pode conformar a elite parlamentar que garante a sobrevivência dessa organização partidária na esfera local.

5. Considerações Finais

O principal objetivo deste artigo foi realizar uma análise exploratória sobre a organização do poder local privilegiando a relação entre os partidos políticos e os vereadores. Para isso, primeiro identificamos o perfil socioeconômico e demográfico dos vereadores eleitos em 2012 no estado de São Paulo. Vimos que predominam homens brancos, católicos, na faixa etária dos 45 aos 56 anos, com maiores parcelas com grau de instrução universitário e outra parte significativa com colegial completo, provenientes, em sua maior parte, de ocupações profissionais da indústria e comércio, seguidos de atividades no setor público. Quanto aos partidos, a amostra é composta majoritariamente por 4: PT, PMDB, PSDB e PTB, e grande parte dos vereadores é de filiação recente. O PSDB se destaca por manter o governo do Estado por um período extenso, assim como controlar diversas prefeituras, o que cria incentivos para que seus vereadores se mantenham filiados por

mais tempo. Já o PMDB, apesar de ser um dos partidos mais antigos, apresenta baixa organicidade, tendo a maior parte de seus vereadores com filiação recente, o que nos levou a considerar o fato da morte de Orestes Quércia e a perda de votos.

Em seguida, verificamos como vem se dando a vinculação dos parlamentares e seus partidos identificando as formas de participação intrapartidária, suas redes de pertencimento e associativismo. Constatamos que a maioria dos vereadores passou por outros partidos, com exceção do PT. Quanto às vinculações, o que percebemos é que uma parte considerável dos vereadores já teve algum vínculo com o setor público, demonstrando que a pertença ao funcionalismo municipal é outra característica importante para o vereador. Em menor grau, também se observa o pertencimento dos vereadores a associações religiosas, estudantis e de moradores.

Já o sucesso nas urnas parece garantir vantagens tanto para o filiado quanto para o partido político, o que torna interessante, principalmente para o partido, a manutenção de membros com potencial eleitoral local elevado. Ao menos foi nessa direção que parece indicar a percepção —por parte do vereador— ao identificar a sua contribuição para o partido como a de trazer mais filiados e votos para a organização, redundando também em cabo eleitoral durante as campanhas políticas, revelando uma relação recíproca entre parlamentar e lideranças partidárias, o que coloca em xeque a ideia de *self-made man*, muito defendida por parte da bibliografia especializada.

Por conseguinte, é evidente o quanto o nosso sistema partidário está também nacionalizado em nível local. E um indicador nessa direção vem do fato de os três partidos que mais elegeram vereadores no estado de São Paulo —PSDB, PT, PMDB— também apresentarem as maiores bancadas para a Câmara dos deputados, ao menos nas duas últimas décadas. Essa é uma constatação importante no que se refere à capacidade de nossas organizações partidárias estarem dando conta dos desafios de se estruturarem num sistema federativo, no qual os partidos políticos acabam tendo que operar num ambiente multinível. Partidos multinível devem criar estruturas de oportunidades e capilaridade territorial para competir em diferentes níveis, sejam eles locais, regionais ou nacionais (Fabre 2010, 345). Como o sucesso do partido enquanto organização nacional depende de uma ampla base de apoio, ele também vai depender de organizações locais e regionais importantes, que, por sua vez, precisam de autonomia para responder as demandas específicas de suas regiões (Thorlakson 2009).

Por fim, a análise da percepção dos vereadores paulistas quanto à influência do partido na política local, tanto em relação ao apoio eleitoral quanto à área governativa, demonstrou um cenário convergente. Se quanto ao apoio eleitoral a maior parte dos incentivos vem do próprio candidato, seja recursos financeiros,

seja mesmo apoio de lideranças políticas a partir de relações pessoais, a atuação na esfera governativa demonstra um ambiente em que a autonomia do cargo é priorizada pelos parlamentares, vendo-se como responsivos principalmente às suas próprias convicções e aos interesses gerais da população, e não às lideranças ou interesses partidários. Contudo, verificamos que há um grupo relevante de partidos que contribuem financeiramente com alguns de seus candidatos eleitos, resultando, supostamente, em quadros mais leais e disciplinados às orientações do líder da bancada do partido no Legislativo. Como já teorizaram Carey e Shugart (1995) sobre os incentivos ao comportamento personalizado e individualizado, tanto do eleitor quanto do parlamentar, em ambiente regido pelo sistema proporcional, como é o brasileiro, a atuação autônoma e o voto personalizado de parte dos legisladores locais no estado de São Paulo podem estar relacionados à falta de condições dos partidos de fornecer maior apoio aos candidatos nas diferentes esferas de poder territorial conformadoras da federação brasileira. Esse nos parece um foco proeminente para futuras pesquisas e que deve ser explorado para a melhor compreensão da efetiva força dos partidos no nível local.

APÊNDICE A. Especificações da Amostra do Survey

Esse apêndice relata todos os passos e procedimentos na organização do *Survey* que originou os dados analisados neste artigo.

O *survey* foi realizado pela empresa *ipsos* e aplicado entre abril e maio de 2014, a 400 vereadores eleitos na eleição de 2012. A tabela 1, 2 e 3 descrevem como se deu a elaboração da amostra. Esta foi realizada pelas mesorregiões do estado com base no número de vereadores de 10 partidos: Democratas (DEM), Partido Democrático Trabalhista (PDT), Partido do Movimento Democrático Brasileiro (PMDB), Partido Progressista (PP), Partido Popular Socialista (PPS), Partido da República (PR), Partido Socialista Brasileiro (PSB), Partido da Social Democracia Brasileira (PSDB), Partido dos Trabalhadores (PT), Partido Trabalhista Brasileiro (PTB); e tendo como base 19 municípios sorteados.

Já os municípios foram definidos, conforme tabela 3 e 4, com base nos seguintes procedimentos:

- Amostragem por conglomerados em um estágio com seleção PPT dos municípios onde a medida de tamanho é a população de mais de 16 anos de acordo com o IBGE —Censo 2010.
- Estratificação implícita de porte de cidade de forma a garantir sua proporção.

- Os portes dos municípios foram definidos de acordo com o corte estabelecido pelo IBGE, sendo: Pequeno até 10.000 habitantes; Médio de 10.000 a 50.000; Grande acima de 50.000.

Das 15 mesorregiões do estado, os 19 municípios sorteados na amostra estão contidos em 9, conforme revela a tabela 1. São essas 9 mesorregiões onde a pesquisa foi aplicada, levando-se em conta o total dos municípios (ver lista na tabela 4). A leitura dos resultados será feita para o total do estado, por partido e por porte de municípios.

Tabela 13. Universo de vereadores dos 10 partidos nas 9 mesorregiões

Meso	DEM	PDT	PMDB	PP	PPS	PR	PSB	PSDB	PT	PTB
Araçatuba	27	14	36	21	18	24	11	50	37	38
Araraquara	19	10	26	12	16	9	9	29	33	20
Campinas	28	30	56	29	37	13	44	89	57	44
Litoral Sul Paulista	12	5	21	6	8	11	16	30	14	11
Marília	15	13	21	12	6	9	11	30	21	14
Metropolitana de São Paulo	33	48	62	16	35	60	50	90	102	45
Piracicaba	21	21	34	16	30	15	9	42	22	26
Ribeirão Preto	35	32	77	32	62	22	36	123	62	80
Vale do Paraíba Paulista	37	18	26	20	31	36	27	62	40	29
Total	227	191	359	164	243	199	213	545	388	307

Fonte: Survey "Avaliando o controle do vereador sob o partido e o município", realizado pelo projeto temático Organização e funcionamento da política representativa no estado de São Paulo, com financiamento da Fapesp.

Tabela 14. Amostra desproporcional. Número de entrevistas por partido e por mesorregião

Meso		DEM	PDT	PMDB	PP	PPS	PR	PSB	PSDB	PT	PTB
Araçatuba	40	5	3	4	5	3	5	2	4	4	5
Araraquara	40	6	2	6	4	4	2	2	3	6	5
Campinas	47	3	3	5	4	5	2	7	8	6	4

Meso		DEM	PDT	PMDB	PP	PPS	PR	PSB	PSDB	PT	PTB
Litoral Sul Paulista	38	4	2	4	2	2	4	4	8	4	4
Marília	40	4	4	5	4	2	2	4	6	5	4
Metropolitana de São Paulo	55	3	7	5	3	3	8	6	8	8	4
Piracicaba	40	4	5	4	4	6	4	2	4	3	4
Ribeirão Preto	55	3	5	7	5	7	3	3	10	5	7
Vale do Paraíba Paulista	45	5	4	3	4	5	7	5	5	4	3
Total	400	37	35	43	35	37	37	35	56	45	40

Fonte: Survey "Avaliando o controle do vereador sob o partido e o município", realizado pelo projeto temático Organização e funcionamento da política representativa no estado de São Paulo, com financiamento da Fapesp.

Tabela 15. Pesos calculados

Meso	DEM	PDT	PMDB	PP	PPS	PR	PSB	PSDB	PT	PTB
Araçatuba	0,800	0,667	1,250	0,600	1,000	0,600	1,000	1,750	1,250	1,000
Araraquara	0,500	0,500	0,667	0,500	0,500	0,500	0,500	1,333	0,833	0,600
Campinas	1,333	1,333	1,600	1,000	1,000	1,000	0,857	1,625	1,333	1,500
Litoral Sul Paulista	0,500	0,500	0,500	0,500	0,500	0,500	0,500	0,500	0,500	0,500
Marília	0,500	0,500	0,600	0,500	0,500	0,500	0,500	0,667	0,600	0,500
Metropolitana de São Paulo	1,667	1,000	1,800	0,667	1,667	1,000	1,167	1,625	1,750	1,500
Piracicaba	0,750	0,600	1,250	0,500	0,667	0,500	0,500	1,500	1,000	1,000
Ribeirão Preto	1,667	0,800	1,571	0,800	1,286	1,333	1,667	1,700	1,800	1,571
Vale do Paraíba Paulista	0,800	0,750	1,333	0,750	0,800	0,714	0,800	1,800	1,500	1,333

Fonte: Survey "Avaliando o controle do vereador sob o partido e o município", realizado pelo projeto temático Organização e funcionamento da política representativa no estado de São Paulo, com financiamento da Fapesp.

Tabela 16. Lista de Municípios por macrorregião incluídos na pesquisa vereadores

Araraquara		Pedro de Toledo	
Americo Brasiliense		Peruibe	
Analandia		Registro	
Araraquara		Sete Barras	
Boa Esperança do Sul			
Borborema		Marília	
Descalvado		Alvaro de Carvalho	
Dobrada		Alvinlandia	
Dourado		Arco-Iris	
Gaviao Peixoto		Bastos	
Ibate		Echapora	
Ibitinga		Fernao	
Itapolis		Galia	
Matao		Garca	
Motuca		Herculandia	
Nova Europa		Iacri	
Ribeirao Bonito		Lupercio	
Rincao		Marilia	
Santa Lucia		Ocaucu	
São Carlos		Oriente	
Tabatinga		Oscar Bressane	
Trabiju		Pompeia	
Litoral Sul Paulista		Queiroz	
Barra do Turvo		Quintana	
Cajati		Tupa	
Cunaneia		Vera Cruz	
Eldorado			
Iguape		Piracicaba	
Ilha Comprida		Aguas de São Pedro	
Itanhaem		Araras	
Itariri		Brotas	
Jacupiranga		Capivari	
Juquia		Charqueada	
Miracatu		Conchal	
Mongagua		Cordeiropolis	
Pariquera -Acu		Corumbatai	
		Ipeuna	

Iracemapolis
Itirapina
Jumirim
Leme
Limeira
Mombuca
Piracicaba
Rafard
Rio Claro
Rio das Pedras
Saltinho
Santa Cruz da Conceicao
Santa Gertrudes
Santa Maria da Serra
São Pedro
Tiete
Torrinha

Vale do Paraíba Paulista
Aparecida
Arapei
Areias
Bananal
Cacapava
Cachoeira Paulista
Campos do Jordao
Canas
Caraguatatuba
Cruzeiro
Cunha
Guaratingueta
Igarata
Ilhabela
Jacarei
Jambeiro
Lagoinha
Lavrinhas
Lorena

Monteiro Lobato
Natividade da Serra
Paraibuna
Pindamonhangaba
Piquete
Potim
Queluz
Redencao da Serra
Roseira
Santa Branca
Santo Antonio do Pinhal
São Bento do Sapucaí
São José do Barreiro
São José dos Campos
São Luis do Paraitinga
São Sebastião
Silveiras
Taubate
Tremembe
Ubatuba

Ribeirão Preto
Altinópolis
Aramina
Barretos
Barrinha
Batatais
Bebedouro
Brodowisk
Buritizal
Cajuru
Candido Rodrigues
Cassia dos Coqueiros
Colina
Colombia
Cravinhos
Cristais Paulista
Dumont

Fernando Prestes
Franca
Guaira
Guara
Guariba
Guatapara
Igarapava
Ipua
Itirapua
Ituverava
Jaborandi
Jaboticabal
Jardinopolis
Jeriquara
Luis Antonio
Miguelopolis
Monte Alto
Monte Azul Paulista
Morro Agudo
Nuporanga
Orlandia
Patrocinio Paulista
Pedregulho
Pirangi
Pitangueiras
Pontal
Pradopolis
Restinga
Ribeirão Corrente
Ribeirão Preto
Rifaina
Sales Oliveira
Santa Crus da Esperança
Santa Ernestina
Santa Rita do Passa Quatro
Santa Roda De Viterbo
Santo Antonio da Alegria

São Joaquim da Barra
São Jose da Bela Vista
São Simão
Serra Azul
Serrana
Sertãozinho
Taiacu
Taiuva
Taquaral
Taquaritinga
Terra Rocha
Viradouro
Vista Alegre do Alto

Campinas
Aguai
Aguas de Lindoia
Americana
Amparo
Artur Nogueira
Caconde
Campinas
Casa Branca
Cosmopolis
Divinolândia
Elias Fausto
Engenheiro Coelho
Espirito Santo do Pinhal
Estiva Gerbi
Holambra
Hortolândia
Indaiatuba
Itapira
Itobi
Jaguariuna
Lindoia
Mococa

Mogi Guacu
Moji-Mirim
Monte Alegre do Sul
Montemor
Nova Odessa
Paulinia
Pedra Bela
Pedreira
Pinhalzinho
Pirassununga
Porto Ferreira
Santa Barbara Doeste
Santa Cruz das Palmeiras
Santo Antonio De Posse
Santo Antonio do Jardim
São João da Boa vista
São José do Rio Pardo
São Sebastiao da Grama
Serra Negra
Socorro
Sumare
Tambau
Tapiratiba
Valinhos
Vargem Grande do Sul
Vinhedo

Metropolitana de São Paulo
Aruja
Barueri
Bertioga
Biritiba-Mirim
Caieiras
Cajamar
Carapicuiaba
Cotia
Cubatao
Diadema
Embu

Embu-Guacu
Ferraz De Vasconcelos
Francisco Morato
Franco da Rocha
Guararema
Guaruja
Guarulhos
Itapecerica da Serra
Itapevi
Itaquaquecetuba
Jandira
Juquetiba
Mairipora
Maua
Moji das Cruzes
Osasco
Pirapora Do Bom Jesus
Poa
Praia Grande
Ribeirão Pires
Rio Grande da Serra
Salesopolis
Santa Isabel
Santana De Parnaiba
Santo André
Santos
São Bernardo Do Campo
São Caetano Do Sul
São Lourenço Da Serra
São Paulo
São Vicente
Suzano
Taboão da Serra
Vargem Grande Paulista

Fonte: Survey Avaliando o controle do vereador sob o partido e o município, realizado pelo projeto temático Organização e funcionamento da política representativa no estado de São Paulo, com financiamento da Fapesp.

Referências

1. Abrucio, Fernando Luiz y Claudio G. Couto. 1996. “A redefinição do papel do Estado no âmbito local”. *São Paulo em Perspectiva* 10 (3): 40-47. URL: http://www.cedec.org.br/files_pdf/AredefinicaodopapelddoEstadonoambitlocal.pdf
2. Ames, Barry. 2003. *Os Entraves da Democracia no Brasil*. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas.
3. Braga, Maria do Socorro Sousa. 2006. *O Processo Partidário-Eleitoral Brasileiro: Padrões de Competição Política (1982-2002)*. São Paulo: Humanitas/Fapesp
4. Braga, Maria do Socorro Sousa, Rodrigo Rodrigues-Silveira e Thiago Borges. 2012. “Organización, territorio y sistema partidario: Difusión territorial de la organización de los partidos y sus potenciales impactos sobre la estructura del sistema partidario en Brasil”. *América Latina Hoy* (62): 15-45. URL: <http://revistas.usal.es/index.php/1130-2887/article/view/9343>
5. Braga, Maria do Socorro Sousa e Jairo Pimentel Jr. 2013. “Estrutura e organização partidária municipal nas eleições de 2012”. *Cadernos Adenauer* XIV (2): 13-36. URL: <http://www.kas.de/wf/doc/10395-1442-5-30.pdf>
6. Caetano, Bruno. 2005. “Executivo e Legislativo na esfera local”. *Novos Estudos* (71): 101-125. URL: http://novosestudos.uol.com.br/v1/files/uploads/contents/105/20080627_executivo_e_legislativo.pdf
7. Carey, John e Matthew Shugart. 1995. “Incentives to Cultivate a Personal Vote: a Rank Ordering of Electoral Formulas”. *Electoral Studies* 14 (4): 417-439. DOI: [https://doi.org/10.1016/0261-3794\(94\)00035-2](https://doi.org/10.1016/0261-3794(94)00035-2)
8. Codato, Adriano, Emerson Cervi e Renato Perissinotto. 2013. “Quem se elege prefeito no Brasil? Condicionantes do sucesso eleitoral em 2012”. *Cadernos Adenauer* XIV (2): 61-84. URL: <http://www.kas.de/wf/doc/10395-1442-5-30.pdf>
9. Couto, Claudio G. 1998. “Negociação, decisão e governo: padrões interativos na relação Executivo-Legislativo e o caso paulistano”. Em *Processo de governo no município e no estado São Paulo*, compilado por Regis de Castro Andrade, 41-72. São Paulo: Edusp.
10. Fabre, Elodie. 2010. “Measuring Party Organization: The Vertical Dimension of the Multi-level Organization of State-Wide Parties in Spain and the UK”. *Party Politics* 16 (4): 343-363. DOI: <https://doi.org/10.1177/1354068810376183>
11. Fleischer, David. 2002. “As eleições municipais no Brasil: uma análise comparativa (1982-2000)”. *Opinião Pública* VIII (1): 80-105. URL: <http://www.scielo.br/pdf/op/v8n1/14875.pdf>
12. Grossi, Mírian P. e Sônia M. Miguel. 2001. “Transformando a diferença: mulheres na política”. *Revistas de estudos feministas* 9 (1): 167-206. DOI: <http://dx.doi.org/10.1590/S0104-026X2001000100010>
13. Kerbauy, Maria Teresa. 2005. “As câmaras municipais brasileiras: perfil de carreira e percepção sobre o processo decisório local”. *Opinião Pública* 11 (2): 337-365. DOI: <http://dx.doi.org/10.1590/S0104-62762005000200003>
14. Kerbauy, Maria Teresa. 2009. “As Eleições Municipais de 2008: Federações Partidárias ou Partidos Nacionais”. *Perspectivas* 35: 15-33. URL: <http://piwik.seer.fclar.unesp.br/perspectivas/article/viewFile/2286/1854>
15. Limongi, Fernando e Rafael Cortez. 2010. “As eleições de 2010 e o quadro partidário”. *Novos Estudos* (88): 21-37. DOI: <http://dx.doi.org/10.1590/S0101-330202010000300002>
16. Meneguello, Rachel e Fernando Bizarro Netto. 2012. “Contexto e Competição na Política Paulista”. *Dados. Revista de Ciências Sociais* 55 (1): 119-171. DOI: <http://dx.doi.org/10.1590/S0011-52582012000100004>

17. Meneguello, Rachel; Amaral, Oswaldo; Bizzarro Neto, Fernando. 2014. "The Similarity of the Adversaries: The Profile of the Middle-Level Elites of the PT and the PSDB". Paper prepared for delivery at the Congress of the Latin American Studies Association (LASA), Chicago, 21-24 maio.
18. Nicolau, Jairo e Vitor Peixoto. 2007. "Uma disputa em três tempos: uma análise das Bases Municipais das Eleições Presidenciais de 2006". Trabalho apresentado na XXXI Encontro Anual da Anpocs, Caxambu, Mina Gerais, 22 au 26 de outubro.
19. Speck, Bruno Wilhelm e Maria do Socorro Sousa Braga. 2014. "Organização Partidária e Carreiras Políticas no nível local". Trabalho apresentado na XII Brazilian Studies Association (BRASA), Londres, 20 a 23 de agosto.
20. Thorlakson, Lori. 2009. "Patterns of Party Integration, Influence and Autonomy in Seven Federations". *Party Politics* 15 (2): 157-177. DOI: <http://dx.doi.org/10.1177/1354068808099979>



Maria do Socorro Sousa Braga possui doutorado e pós-doutorado em Ciência Política pela Universidade de São Paulo (Brasil). Atualmente é professora da Universidade Federal de São Carlos (Brasil). É pesquisadora da Fapesp e do CNPq. Atualmente é Secretária Adjunta da Associação Brasileira de Ciência Política (ABCP). Concentra suas pesquisas nas áreas de Partidos Políticos e Eleições, Recrutamento Político, Governos de esquerda na América Latina e Qualidade da Democracia. É coordenadora do Núcleo de Estudo dos Partidos Políticos Latino-americanos (NEPPLA) da UFSCar. Publicou o livro *O Processo Partidário-Eleitoral Brasileiro: Padrões de Competição Política 1982-2002*. São Paulo: Humanistas/Fapesp, 2006 e, em parceria com Kinzo, Maria D'Alva, *Eleitores e Representação Partidária no Brasil*. São Paulo: Humanitas/CNPq, 2007. ✉ msbraga@ufscar.br

Priscilla Leine é Doutoranda em Ciência Política pelo Programa de Pós-Graduação em Ciência Política da Universidade Federal de São Carlos (Brasil). É membro do Núcleo de Estudos dos Partidos Político Latino-americano (NEPPLA) da UFSCar. Suas áreas de pesquisa são partidos políticos, representação e a relação entre política e religião. Sua última publicação inclui: "Brasil: Un País en Compás de Espera". *Revista de Ciência Política* 36 (1): 51-74-74, 2016. ✉ pri.leine@hotmail.com

Gustavo Sabbag é Mestrando em Ciência Política da Universidade Federal de São Carlos (Brasil). É membro do Núcleo de Estudos dos Partidos Político Latino-americano (NEPPLA) da UFSCar. Suas áreas de pesquisa são poder legislativo, relações Executivo-Legislativo e produção legislativa. ✉ gussabbag@gmail.com